

PREÇO DIFERENCIADO POR TIPO DE PAGAMENTO

EMBORA O TEMA PROVOQUE GRANDE POLÊMICA, FECOMERCIO ENTENDE QUE A LIVRE PRÁTICA COMERCIAL DEVE PREVALECER NA FORMAÇÃO DE PREÇOS, DE ACORDO COM A COMPETITIVIDADE

A discussão em torno da diferenciação de preço para pagamento em espécie e via cartão de crédito é polêmica. A prática é proibida, conforme legislação específica do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor e do Ministério da Fazenda (Resolução N° 34 de 1989 do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor e Portaria 118/94 do Ministério da Fazenda).

Tal legislação foi elaborada e firmada nos anos 80/90 quando a utilização de cartão de crédito ainda era muito incipiente e foi proposta a fim de estimular o uso desse meio de pagamento.

Dados do Banco Central mostram que na década de 90 os cartões de crédito representavam apenas 14% dos meios de pagamento. Já em 2009 esse percentual evoluiu para 34%. Hoje, os cartões de crédito são o principal meio de pagamento.

Os Projetos de Lei 492/09 e 213/07, ambos de autoria do senador Ademar Santana (DEM-DF), propõem permitir que os preços na venda de bens pagos com cartão de crédito sejam diferentes daqueles pagos com dinheiro.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio) defende a livre prática comercial, que permite que as adequações ocorram de forma natural. Se aprovada, a mudança trará benefícios, pois permitirá aos empresários terem liberdade para definir preços considerando custos e promovendo, assim, maior eficiência econômica.



pág. **02**

GESTÃO

Empresário deve identificar e combater focos de perda, elevando eficiência do negócio



pág. **03**

SUSTENTABILIDADE

Reciclagem de embalagens de vidro faz bem ao meio ambiente e à empresa



pág. **04**

INVESTIMENTOS

Bolsa não vai bem, fundos multimercados oscilam e renda fixa desponta como melhor opção



IDENTIFIQUE E ELIMINE AS PERDAS NO VAREJO

BOA PARTE DOS LUCROS ACABA SENDO CONSUMIDA PELA FALTA DE PLANEJAMENTO E AÇÕES EFETIVAS PARA CONTER DESPÉRDIO E ELEVAR A DEDICAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

O varejo brasileiro enfrenta hoje diversos entraves à sua sobrevivência. É um setor muito pulverizado, que tem em sua composição um grande número de pequenas empresas, muitas vezes de natureza familiar, e registra margens apertadas.

Na busca por melhorar resultados, as perdas são um grande vilão para sua gestão e se apresentam nas mais variadas formas, consumindo parte do lucro do varejis-

ta. Muitas vezes, o empresário do comércio deixa de atentar para as perdas: só no setor de supermercados, elas chegam a mais de 2% do faturamento. Quando o varejista não se atenta para essa situação, está desperdiçando parte da rentabilidade, deixando de crescer e arcando com um prejuízo indesejável.

No sentido de enfrentar esse mal, o estudo das perdas passa a ser uma questão prioritária na gestão para a melhoria da eficiência. Isso envolve, primeiramente, a identificação de possíveis perdas nos fluxos operacionais, financeiros e de comercialização. Podem estar inseridas em vários processos ou no mau desempenho das atividades dos funcionários.

Voltando ao setor de supermercados, por exemplo, segundo dados da pesquisa do Programa de Administração do Varejo (Provar) da USP, as quebras operacionais correspondem a 46,4% da perda total. Furtos externos e internos correspondem a 35,5% e erros administrativos chegam a 14%. Perdas semelhantes podem ocorrer em outros segmentos do varejo, assim como outras relacionadas à qualidade no atendimento ao cliente.

Avaliando o efeito devastador das perdas sobre o lucro do empresário, programas de prevenção de perdas no varejo tomam lugar de destaque como estratégia importante para a maximização de resultados.

O trabalho de identificação das perdas passa pela revisão da organização empresarial, no qual se estuda todo o modelo operacional, os procedimentos internos e externos, bem como se analisam mecanismos de logística e controles financeiros. Nessa iniciativa serão destacados os procedimentos a serem revistos, tendo por objetivo alcançar melhor eficácia para o negócio, eliminando os focos de perdas. O inventário e sistemas de segurança podem minimizar tais prejuízos.

Para reduzir as perdas, o primeiro passo é a identificação dos focos. O ideal é fazer um diagnóstico sobre todos os processos e procedimentos da empresa e verificar onde se poderá reduzir ou eliminar as perdas. Ao encontrar as falhas operacionais e os focos

de desperdícios é, então, o momento de agir no sentido da escolha dos melhores mecanismos para enfrentamento da ineficiência.

Podem-se utilizar largamente os artifícios relacionados à tecnologia da informação, instalando câmeras e programas de controle de estoques que ajudarão a controlar os focos de perdas. Outro ponto valioso é o treinamento adequado para o manuseio dos produtos a fim de reduzir as quebras operacionais e de capacitar o atendimento ao cliente, melhorando a imagem do negócio e incentivando a fidelização.

Um dos pontos de maior dificuldade é o alinhamento do empenho dos colaboradores com o objetivo do negócio. Nesse alinhamento é que se encontra a maior parte das respostas à prevenção de perdas. Sem o envolvimento e o comprometimento dos funcionários, o alcance dos objetivos ficará prejudicado.

Para envolver e comprometer os funcionários da empresa um dos mecanismos importantes e que poderá trazer ótimos resultados financeiros é a Participação dos Lucros ou Resultados (PLR), que se traduz numa forma eficaz de definir metas e recompensar o empregado pelo seu empenho para alcançá-las.

Esse programa é regulamentado hoje pela Lei Nº 10.101/00 que estabelece ainda importantes benefícios fiscais para as empresas que desejarem implantar a PLR, pois determina a isenção fiscal sobre tais pagamentos. Sobre eles não há recolhimento de encargos sociais ou previdenciários e os valores pagos a título de PLR não se integram ao salário para efeito de cálculos trabalhistas. Além disso, esses valores podem ainda ser deduzidos como despesa operacional quando houver a apuração do imposto de renda da pessoa jurídica. São características importantes que podem ser utilizadas com vantagens financeiras inigualáveis.

Prevenir perdas e eliminá-las é um investimento e não um custo ao empresário, uma vez que ele terá retorno evidente com a adoção das medidas de prevenção.



RECICLAGEM DO VIDRO

ACEITO

NÃO ACEITO

(Eventualmente podem ser reciclados, mas não misturados aos de embalagem)



Garrafas
(bebidas em geral)



Potes
(alimentos em geral)



Frascos
(medicamentos,
cosméticos etc.)

Espelhos



Vidros planos
vidros de janela



Cristais



Lâmpadas



Pirex e similares
Cerâmica e louça

RECOLHER E REAPROVEITAR EMBALAGENS GARANTEM BENEFÍCIOS COMO REDUZIR CONSUMO DE ENERGIA E ÁGUA

Quando a sustentabilidade passa a ser peça fundamental no planejamento das empresas, é importante que os processos produtivos sejam reestruturados e repensados. Os esforços para atender aos três R's da sustentabilidade (reciclar, reutilizar e reduzir) são muito valiosos, resultam em diversas vantagens para os negócios e ainda podem aumentar o ciclo de vida de muitos recursos naturais.

Um exemplo disso é a produção nacional de vidro que, em 2009, foi de aproximadamente 980 mil toneladas de embalagens, sendo que cerca de 45% da matéria-prima empregada era oriunda de material já utilizado.

Há benefícios no retorno das embalagens de vidro. Estudos garantem que um

aumento de 10% de vidro reutilizado na fabricação de novas embalagens implica em uma economia de 4% de energia, 9,5% de água e ainda reduz a emissão de CO₂.

Você sabia que...

- O vidro, embora tenha sido descoberto há 4 mil anos, só começou a ser coletado no Brasil em 1986 na cidade de São José do Rio Preto?

- A indústria do vidro tem centrado seus esforços em reduzir o peso dos produtos finais, garantindo a mesma durabilidade e resistência?

- Um quilo de cacos de vidro resulta em exatamente um quilo de vidro novo?

- O vidro demora mais de mil anos para se decompor?

Fonte: Abividro

www.fecomercio.com.br/twitter



www.fecomercio.com.br/youtube



www.fecomercio.com.br/facebook



www.fecomercio.com.br/flickr



www.fecomercio.com.br/blog



Portal, twitter, youtube, facebook, flickr e blog. A Fecomercio sempre procura espaços para falar com você.

Para a Fecomercio, gerar conteúdo é fundamental. E divulgá-lo também. Por isso, além das nossas publicações, sempre investimos em canais para você ter acesso rápido e dinâmico às informações, reflexões e opiniões da nossa equipe e dos nossos conselhos. **Confira, leia e interaja.**

RENDA FIXA, AÇÕES OU MULTIMERCADO?

COMPORTAMENTO DO MERCADO FINANCEIRO, NO PRIMEIRO SEMESTRE, SUGERE QUE INVESTIDOR SIGA APROVEITANDO BOA REMUNERAÇÃO DOS JUROS ELEVADOS

Nossa aposta sobre o desempenho das aplicações em bolsa e em renda fixa tem se confirmado. Há pelo menos meio ano, Economix vem apontando para a tendência de elevação de juros e, portanto, das vantagens em rendimentos e aplicações em títulos do governo.

Em termos práticos, até agora, em 2011, o Ibovespa perdeu algo na casa de 7%, enquanto o CDI rendeu 4,3% e o IPCA 3,7%. As aplicações em CDI basicamente recuperaram as perdas inflacionárias e o Ibovespa tomou “uma surra” dos preços.

Esses resultados ratificaram os prognósticos dos últimos meses, mas como será daqui para frente? Vamos por partes:

1. Os prognósticos foram acertados apenas com base nas indicações, ou seja, não havia garantia de que o CDI renderia mais do que as bolsas, como não há garantia do prognóstico daqui para frente;

2. O Ibovespa está situado ao redor de 63 mil pontos, muito abaixo do seu máximo de 74 mil pontos de meados de 2010. Parece boa opção esse preço de ocasião. Porém, também é verdade que o humor com relação à economia piorou nos últimos meses;

3. O CDI rendeu bem até agora e a tendência é de manutenção ou pequena alta dos rendimentos, o que tira ainda mais a atratividade dos investimentos em ações;

4. Existem opções multivariadas, que inclusive se chamam comumente de “Fundos Multimercados”. O problema é que esses fundos tendem a ser mais conservadores do

que aplicações em ações, e menos garantidos do que CDI. São um pouco híbridos: equilibram os riscos entre renda fixa e variável, mas diluem o potencial de ganhos. No final das contas, é para quem quer ser um pouco mais agressivo, mas sem exageros. A vantagem é que nestes fundos as carteiras são corrigidas constantemente, pois o administrador troca um tipo de investimento por outro dentro de sua avaliação de potencial de curto, médio e longo prazos. Não quer dizer que ele sempre acerte.

Um investidor atento poderia lembrar: esses resultados no mercado acionário são referentes ao desempenho médio da Bovespa. O Ibovespa não é a única opção de investimento em renda variável e algumas empresas tiveram suas ações fortemente valorizadas nesse mesmo período. Isso é verdade. Porém, como dica e regra geral para investimento, não existe como indicar uma ação específica (o que inclusive eleva radicalmente o risco da aplicação) sem que se esteja tratando de um grupo muito restrito de “iniciados” no mercado financeiro.

Esta publicação se destina ao aplicador que não tem tempo a perder e muito menos dinheiro para jogar fora ou arriscar tanto.

EXPECTATIVAS

Bolsa: apesar do preço mais convidativo do que há seis meses, o cenário é mais complexo, com riscos e volatilidade maiores, o que deve manter afastado ainda os investidores conservadores e moderadamente

agressivos. Só os mais ousados devem entrar agora, e, só a eles estará destinado um prêmio muito grande se estiverem certos, recebendo pela ousadia.

CDI: a tendência é de que a inflação se reduza antes da Selic e existem boas opções até de longo prazo para a compra de títulos públicos a uma taxa de remuneração muito interessante. Pelo menos até o final deste ano, as taxas de juros estarão elevadas e ao menos até o início do segundo semestre não haverá grande queda na remuneração de longo prazo. Vale a pena para os mais conservadores e mesmo para alguns um pouco agressivos.

Multimercado: São híbridos de ações, fundos, e renda fixa. O lado positivo e normalmente apresentado é que podem render mais do que o CDI e a renda fixa, com risco menor do que a bolsa. Outra forma de leitura: são aplicações mais arriscadas do que o CDI e com potencial de rendimento menor do que as bolsas. A rigor, não há milagre. Quanto maior o risco, maior o potencial de rendimento. Quando um instrumento é criado para mitigar riscos de investimentos, ele automaticamente causa um dano colateral ao investimento, ao reduzir a perspectiva de rendimentos. Não parece que neste momento a aplicação em multimercados seja muito atraente

A dica é, portanto, pela aplicação em renda fixa, de fácil resgate, com prazos de 60, 90 ou no máximo 120 dias, que possam manter bons rendimentos atrelados a uma boa liquidez.



ECONOMIX **FECOMERCIO**
Representa muito para você.

PRESIDENTE: Abram Szajman
DIRETOR EXECUTIVO: Antonio Carlos Borges
COLABORAÇÃO: Assessoria Técnica
COORDENAÇÃO EDITORIAL E PRODUÇÃO:
 Fischer2 Indústria Criativa
EDITOR CHEFE: Marcus Barros Pinto
EDITOR EXECUTIVO: Jander Ramon
PROJETO GRÁFICO: designTUTU
FALE COM A GENTE: economix@fecomercio.com.br
 Rua Dr. Plínio Barreto, 285 - Bela Vista - 01313-020
 São Paulo - SP - www.fecomercio.com.br